

A forma simbólica possível dos primeiros romances e peças de Joaquim Manuel de Macedo

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201600010009>

RODRIGO CERQUEIRA

RESUMO

O artigo analisa o modo como os primeiros romances e peças de Joaquim Manuel de Macedo se valem de uma forma simbólica concreta, a extravagância dos seus jovens protagonistas, para desarmar o potencial disruptivo que uma nova sociabilidade traz à ideologia patriarcal. Nesse sentido, o artigo ainda enfrenta a questão da inadequação entre forma literária moderna e realidade brasileira, argumentando pela engenhosidade das soluções formais de Macedo.

PALAVRAS-CHAVE: *Joaquim Manuel de Macedo; literatura brasileira; forma literária.*

Student Extravagance: the Attainable Symbolic Form of Joaquim Manuel de Macedo's First Novels and Plays

ABSTRACT

This article studies the way Joaquim Manuel de Macedo's first novels and plays use a concrete symbolic form, the extravagance of his young protagonists, to defuse the disruptive potential that a new form of life causes to the patriarchal ideology. This article also faces the question of the inadequacy between the modern literary form and the Brazilian social reality, defending Macedo's ingenious formal solutions to this problem.

KEYWORDS: *Joaquim Manuel de Macedo; Brazilian literature; literary form.*

Nas últimas duas décadas, a obra de Joaquim Manuel de Macedo tem passado por uma revisão que busca retirá-la do limbo a que foi legada pelo que Tania Serra chama, não sem razão, de “ótica romero-veríssima”.¹ Segundo esse ponto de vista, que se tornou hegemônico, a produção literária de Macedo seria marcada por um profundo conformismo moral e pela falta de imaginação.

A última ponta dessa cadeia de transmissão crítica, Roberto Schwarz, é a que me interessa mais de perto. No capítulo com que fecha seu *Um mestre na periferia do capitalismo*, Macedo é lido como o primeiro e mais fraco momento do conjunto de problemas e soluções literárias que seriam herdadas e reelaboradas por Machado de Assis

[1] Serra, 1994, p. 42. Para uma bibliografia alternativa sobre Macedo, ver Almeida, 2008.

em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Para Schwarz, a única função de Macedo nesse processo de acumulação literária parece ter sido fixar “a ressonância poética, maior do que parece, da conjunção de ambiente patriarcal, paisagem fluminense e chavões ultrarromânticos”,² o qual virá a ser, por sua vez, o ponto de partida da obra de José de Alencar. A bem da verdade, é como se Alencar não herdasse problema formal algum. Tudo se resume a uma questão de grau: Macedo é o introdutor de um tanto de ideias modernas no cenário da Corte, mas o faz de maneira ainda mais artificial e acrítica do que Alencar, que, nesse sentido, apenas subirá o tom dos clichês.

Não estamos muito distantes de um dos argumentos clássicos de uma certa tradição crítica, que Schwarz reformula com maestria: adotar a forma do romance implica, necessariamente, adotar a sua maneira de lidar com a ideologia burguesa, que lhe está na base. Acontece que nossa matéria bruta, sem a qual não se pode falar de romance brasileiro, funciona numa lógica outra, a do favor, em muitos sentidos incompatível com aquela. Resumindo, Macedo importa um gênero moderno e lhe dá uma ou duas características nacionais de modo a bem adequá-lo à dinâmica da Corte, construindo uma forma que, não importa se estética e ideologicamente frágil, pelo menos de acordo com os nossos padrões contemporâneos, caiu nas graças do público e da qual nunca quis — ou conseguiu — se livrar.

O que busco neste artigo é problematizar essa posição crítica. Tenho para mim que a perspicácia de Macedo no processo de adaptação do romance para a realidade brasileira foi um tanto maior do que normalmente lhe é atribuída. Não se trata aqui de pôr em xeque os pressupostos críticos de Schwarz: o romance é uma forma burguesa; nossa matéria bruta, patriarcal,³ e os resultados dessa combinação foram, mais das vezes, fracos. O que não sei é se essa combinação entre a forma e a realidade foi tão ingênua assim.

Pensemos no lastro lukacsiano do argumento de Schwarz. Dizer que o modelo do romance é burguês é repor sobre a mesa o desterro do protagonista como um dos elementos-chave da forma. Dizer que nossa experiência histórica é patriarcal é dizer que representar a dissidência do corpo social, do qual o patriarca é a própria personificação, não é das tarefas a mais simples. Minha hipótese: a perspicácia imaginativa de Macedo não tem nada de ingênua, uma vez que a percebemos às voltas com a tentativa de resolver esse primeiro impasse. Coube a ele encontrar a medida ideal entre a distância segura até a qual o protagonista pode se desgarrar das normas às quais ele está submetido, distância sem a qual não há romance, e a maneira como ele é reintegrado à família, núcleo de sentido de uma sociedade como a nossa, movimento sem o qual a ideologia patriarcal se veria comprometida.

[2] Schwarz, 2000, p. 235.

[3] Em “Paternalismo e escravidão em *Helena*”, o primeiro capítulo de seu *Machado de Assis, historiador* (2003), Sidney Chalhoub faz algumas ressalvas ao conceito de paternalismo utilizado por Roberto Schwarz. Para ele, um dos problemas da análise de Schwarz — e da sociologia brasileira de modo geral — é que este entende o paternalismo como “uma autodescrição da ideologia senhorial; ou seja, nessa acepção, o paternalismo seria o mundo idealizado pelos senhores [...]” (p. 47). A ressalva deveria servir igualmente para este trabalho, uma vez que Macedo também tentará fazer, como já se verá, uma reforma do mandonismo patriarcal. Há um porém aqui, historicamente determinado, que me impede de levar adiante a posição crítica de Chalhoub. No período de que trato (a segunda metade da década de 1840), a ideologia patriarcal estava praticamente no auge, daí que nem mesmo Macedo, um liberal que lhe tinha restrições, consiga fugir à sua autodescrição idealizada.

Iniciando o terceiro capítulo de *A moreninha*, em que se narra a chegada de Augusto à ilha onde tomará parte, de maneira pouco católica, nos festejos do dia de Santa Ana, percebemos uma pressa do narrador em retomar a dinâmica mais descontraída que dominara os capítulos anteriores. As descrições merecem apenas “duas palavras”, concluem-se rapidamente ou, quando precisam ser desenvolvidas, são feitas com um certo tom de desculpa. Talvez estivesse espicaçado pelo mesmo desejo do protagonista de gozar da companhia de uma “boa dúzia de jovens interessantes” antes que fosse servido o jantar. Infelizmente, ao menos para Augusto, d. Violante, uma das “rugosas representantes do tempo passado”,⁴ o chamou para sentar-se ao seu lado, retardando a fruição que lhe fora prometida pelos amigos.

Estabelece-se, nesse ponto, um dos motivos mais importantes dos primeiros romances e peças de Macedo, a saber, a diferença que existe entre os velhos, “arraigados nos costumes e ideias das passadas eras”, e os mais jovens, imersos em “novos princípios” e movidos pelas “inspirações do século”.⁵ Ou, nas palavras do narrador de *A moreninha*: “Estabeleceu-se um cordão sanitário entre a velhice e a mocidade”.⁶ A própria metáfora do cordão sanitário é das mais interessantes, porque, como não se pressupõe necessariamente um conflito geracional, coloca em primeiro plano uma certa posição tipológica, quase higienista, de modo a evitar o contágio de uma pela outra. Ao construir o enredo dos seus romances assentado numa clivagem etária, Macedo se inscreve — e inscreve o país, este também ainda visto como igualmente jovem —, se não em linha com as nações mais avançadas, regidas elas próprias pelos “novos princípios”, numa dinâmica que não ignora esses imperativos. Os enredos até podem ser simples e mal construídos, mas eles se baseiam num conjunto de aspirações e preocupações que tinha um lastro histórico bastante concreto.

Dado o amplo uso dessa clivagem na literatura do período, não é coincidência que Gilberto Freyre, que volta e meia usa de exemplos literários, tenha se valido dessa mesma distinção entre jovens e velhos para desenvolver um dos pontos mais importantes da “transição do patriarcalismo para o individualismo”,⁷ iniciada no nosso século XIX. Se nas sociedades patriarcais, devido ao peso que se deposita na ideia de tradição, “o rapaz imita o velho desde a adolescência”, nas sociedades modernas — ou em processo de modernização, que parece descrever melhor o período que estou analisando —, percebe-se “o menino começando a se libertar da tirania do homem. [...] O filho revoltando-se contra o pai. O neto contra o avô. Os moços assumindo lugares que se julgavam só dos velhos”.⁸ Nesse contexto social, o deslocamento do protagonismo para a “mocidade” implica um momento de superação,

[4] Macedo, s.d. [1844], pp. 29-30. Embora tenha atualizado a ortografia das citações, mantive a pontuação de acordo com o original.

[5] Macedo, 1942, t. II, pp. 223-224.

[6] Macedo, s.d. [1844], p. 145.

[7] Freyre, 2006, p. 200.

[8] Freyre, 2006, p. 179, 200.

ou de possível superação, das antigas formas de vida, o que, em se tratando do nosso Oitocentos, chama-se usualmente de emergência da ordem social competitiva.⁹

Essa oposição se torna ainda mais concreta se trouxermos ao primeiro plano um dos tipos que melhor encarnam um dos polos nesse processo de transição: o estudante. Sérgio Adorno, por exemplo, tratando da militância política dos bacharéis, núcleo formativo mais forte do que a própria sala de aula, escreve: “Os redatores funcionavam, portanto, como verdadeiros arquitetos urbanos do novo modelo de exercício de poder. [...] Não por acaso, a atenção dos redatores voltava-se para a educação, costumes, hábitos, modos de ser e de pensar, para o perfil moral dos tipos humanos [...]”. Uma verdadeira “cruzada civilizatória”,¹⁰ portanto. Sente-se aqui ecos da interpretação de Gilberto Freyre, para quem

as próprias gerações mais novas de filhos dos senhores de engenho, os rapazes educados na Europa, na Bahia, em São Paulo, em Olinda, no Rio de Janeiro [todas as quatro cidades que tinham faculdades no período], foram-se tornando, em certo sentido, desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não conciliavam com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados.¹¹

Esse processo de europeização — ou, como escreve mais de uma vez, de “reeuropeização” — implicava a rejeição de tudo o que parecesse português, o que, seguindo uma cadeia de associações, também quer dizer colonial e rural.

E quando retornamos aos romances, o que esse deslocamento do protagonismo para a mocidade nos diz? Ainda que os jovens estejam no centro do enredo, este não está organizado segundo a dinâmica do confronto. O esquema de Freyre, para quem a juventude representava “a nova ordem social e jurídica [...] contra os interesses do patriarcado agrário”,¹² encarnado pelos velhos, não se aplica aqui. Pelo menos não inteiramente. Velhos e moços, patriarcas e estudantes estão postos em campos distintos, é verdade, cabendo a cada qual agir segundo sua natureza. A estes está reservado espaço da inconstância, da extravagância, da brincadeira, características que, não raramente, justificam certas liberdades para com o conjunto de normas em vigor, as quais, por sua vez, são toleradas tendo em vista que se relevam “os defeitos próprios de uma idade verde e ardente”.¹³ Àqueles, aos velhos, o seu oposto: a constância, a reflexão, a prudência, ou seja, o respeito a tudo o que é mais caro ao ideário conservador brasileiro do século XIX.

Ao garantir o espaço no qual a juventude pode agir segundo uma dinâmica que se imagina que lhe seja própria, Macedo, escrevendo

[9] Cf. Fernandes, 2006, especialmente a segunda parte, intitulada “A formação da ordem social competitiva”, e Adorno, 1988.

[10] Adorno, 1988, p. 182, 75. Valho-me de uma breve explicação histórico-semântica para dar um salto e usar, indiscriminadamente (o que não é, espero, o mesmo que dizer arbitrariamente), as reflexões sobre as Faculdades de Direito para um estudante da Faculdade de Medicina, que era a que cursavam os protagonistas de Macedo. Segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), bacharel é aquele “que tem o primeiro grau em qualquer faculdade” (grifo meu). O *Diccionario da Lingua Brasileira* está disponível no site *Brasiliana USP*: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>.

[11] Freyre, 2006, pp. 121-122.

[12] Freyre, 2006, p. 193.

[13] Macedo, s.d. [1849], t. II, p. 204.

[14] Macedo, 1942, t. II, p. 223.

[15] Macedo, s.d. [1849], t. I, p. 222.

[16] Macedo, 1942, t. I, p. 102.

[17] Mattos, 1987.

[18] Segundo Antonio Francisco Dutra e Mello (1844), crítico de primeira hora de *A moreninha*, Macedo merece destaque por ter construído uma história divertida e moralizadora com “[o] romance, essa nova forma literária que se reproduz espantosamente, que mana caudal e soberba da França, da Inglaterra e da Alemanha, [e que] tem sido a mais fecunda e caprichosa manifestação de ideias do século atual”. Atente-se para como “ideias do século atual”, que se repete logo adiante como “genuíno filho deste século”, guarda a mesma ambiguidade do seu uso na prosa ficcional de Macedo: é um elogio cheio de ressalvas.

[19] Chalhoub, 2003, p. 97, 19.

num momento crucial da história brasileira, reconhece a influência de um conjunto novo de pressupostos ideológicos, que chama genericamente de “novos princípios”, “inspirações do século”,¹⁴ “princípios da atualidade”,¹⁵ entre outros. Mas, em algumas ocasiões, Macedo nos permite ter uma noção mais concreta do que se esconde sob essas generalidades. *O moço loiro* é uma delas. Na fala de uma velha senhora devota do “altar e do trono”, esse momento histórico aparece descrito como “crimes da época”, isto é, como “mentiras de liberdade, igualdade, direitos do homem, Constituição, e não sei que mais...”.¹⁶ Num sentido muito específico, o que o novo século traria consigo seria a liberdade sobre o arbítrio, o que implicaria, se tomado ao pé da letra, a superação do sistema patriarcal de reprodução social. Ou seja, *a obra ficcional de Macedo, por mais ingênua que possa parecer, não deixa de refletir sobre o início do longo processo de superação do patriarcado rural, tema dos mais caros ao pensamento social brasileiro*.

Mas o passo dado por Macedo não é o de legitimar o novo, pelo contrário. Ele encontra uma saída que me parece engenhosa — pelo menos sob a perspectiva dos grupos dominantes — para solucionar simbolicamente essa tensão. Visto à distância, os intérpretes desse período da história brasileira conseguem vislumbrar o potencial transformador que existia nessa oposição entre formas de vida distintas, aqui representadas nos pares antitéticos novos e velhos, urbano e rural, enfim, estudantes e seus responsáveis. Macedo, por sua vez, estava inteiramente imerso nesse momento histórico, que Ilmar Mattos chamou de “tempo Saquarema”,¹⁷ momento de consolidação de uma hegemonia conservadora. Para ele, portanto, a tarefa que se punha era outra: perpetuar as ferramentas de dominação senhorial sem recorrer a um imaginário abertamente reacionário.

O protagonismo da juventude assegura o verniz de novidade que faz a fama de sua prosa e lhe garante o alinhamento com o que há de mais avançado em termos de forma literária.¹⁸ Que os personagens mais moços tiram o sossego dos personagens mais velhos, disso não se duvida. Na verdade, essa é bem a dinâmica do enredo dos seus romances e peças mais famosos: moços e moças extravagantes e irresponsáveis fazendo danças em espaços de sociabilidade menos fechados — bailes, saraus, teatros — e os pais, avós, tios correndo atrás para pôr o trem no trilho exatamente quando ele está prestes a descarilar. Assim, por mais liberal que ele tenha sido, sua produção ficcional acaba reiterando “uma hegemonia política e cultural, historicamente específica, que informa e organiza a reprodução das relações sociais desiguais. Em outras palavras, uma política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial [...]”.¹⁹ É da naturalidade com que trata essa estrutura social, não contestada em profundidade, que deriva o prestígio das personagens maduras em detrimento da desor-

dem estudantil.²⁰ Daí a dupla visada de seus textos. As personagens mais velhas — autoritárias mas sensatas, tradicionais mas racionais — não estão desprestigiadas, porém tampouco ocupam o centro do enredo. Esse lugar é dos mais jovens, que é o que permite que se dê fumos de legitimidade para as suas escapadas do senso comum.

Ainda que não o renegue, Joaquim Manuel de Macedo cria, dessa maneira, uma forma narrativa que se coloca *fora* do paradigma de transição geracional que seria esboçado por Gilberto Freyre um século depois. Sua mocidade não é nem uma imitação da velhice, que garantiria uma espécie de manutenção inadequada do modo de vida rural na cidade nem uma revolta contra o pai, que implicaria a negação radical da ideologia patriarcal. A maturidade é a possibilidade de contrair o casamento, que é o desfecho de todos os seus romances e peças; uma instituição cuja centralidade na estrutura social brasileira é incontestável. O jovem que rejeita a irresponsabilidade pode se tornar, então, o novo *pater familias*, com todas as prerrogativas que lhe são inerentes. Uma forma engenhosa de estabelecer um equilíbrio estável entre as liberdades de ação extravagantes da mocidade e um futuro que mantenha a ordem tradicional.

ESTUDANTADAS

Não creio que seja equivocado dizer que *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e mais especificamente seu quinto capítulo, “O homem cordial”, seja mais comumente lido com base num traço distintivo do nosso caráter social. A cordialidade — cuja lógica de funcionamento é a do personalismo e do compadrio, em oposição à das sociedades modernas, mais impessoais e burocráticas — seria, então, a confirmação de que, entre nós, a lei geral, encarnada pelo Estado, não conseguiu superar a solidez do círculo familiar. Mas é ainda nesse capítulo que Sérgio Buarque aponta como dois grupos sociais, o do estudante e o do órfão, cada um a seu modo, foram capazes de, mesmo no século XIX, afrouxar “os vínculos familiares demasiado estreitos, e não raro opressivos”.²¹

Coincidentemente ou não, todos os protagonistas dos primeiros romances de Macedo são órfãos ou estudantes. A divisão entre ambos é estilisticamente bem marcada. Quando impera uma dinâmica mais engraçada, como em *A moreninha*, *Rosa e O fantasma branco*, os protagonistas são estudantes. Quando, por sua vez, o registro da narrativa é mais sério, em *Os dois amores* e *Vicentina*, por exemplo, seus protagonistas são órfãos que precisam superar isso, que, em contexto patriarcal, é um feito. Bem marcada que seja, por sobre ela domina o que Northrop Frey chama de sentido cômico da ação, segundo o qual o enredo, a despeito do registro sério ou engraçado, se desenvolve de modo a integrar o protagonista ao corpo social, geralmente por meio do casamento, com cuja

[20] No seu *História geral da medicina brasileira*, Lycurgo de Castro Santos Filho (1991) menciona, aqui e ali, fatos sobre a indisciplina do corpo discente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A agressividade dos estudantes era tamanha que se fazia “necessário atestado de bons costumes passado pelo Juiz de Paz da freguesia onde residia o candidato” (p. 91) para que ele pudesse se matricular. Aparentemente, a situação não melhorou, de modo que, a partir de 30 de abril de 1836, o governo passou a exigir dos diretores notícias “sobre a aplicação e a moralidade dos alunos” (p. 94).

[21] Holanda, 1995, pp. 143-144.

[22] Frye, 1990, especialmente pp. 43-52.

[23] Dentre os romances, a única exceção a esse paradigma do protagonista seria Lauro, de *O moço loiro*. Mas Lauro, a meu ver, pode ser lido numa chave que condensa ambos os tipos.

promessa terminam esses livros.²² Ou seja, onde impera uma visão de mundo patriarcal, o desfecho de uma história só pode ser satisfatório se reafirma um dos pilares daquela dominação, que é exatamente a solidez do vínculo familiar.²³

Parecer haver uma contradição com o que foi escrito na seção anterior: como dois tipos sociais — o órfão e o estudante, este principalmente — que serviram, segundo Sérgio Buarque de Holanda, para alargar o núcleo doméstico, podem protagonizar romances que buscam uma conciliação entre duas estruturas sociais distintas?

De modo a tentar responder a essa questão, sugiro que passemos a *Rosa*, romance em que Juca, impelido pelo pai, que lhe deu sessenta mil-réis de renda por mês e o mandou “estudar os estudos”, é o protagonista estudante da vez. Pois bem, ainda no início da narrativa, ele conta a d. Basília, matriarca de uma família descompensada, como chegou à Corte e, “mesmo com os preparatórios muito mal alinhavados”, se matriculou na “escola de medicina”:

— *Porém medicina é uma ciência, uma grande ciência mesmo, e contudo estudar medicina não era estudar os meus estudos; o que fiz então?...*

— *Vadiaste.*

— *Qual vadiiei! estudei a dança, que é a ciência dos pés; a ginástica, que é a dos músculos e articulações; o florete, que é a das mãos; a pintura oriental, bordado e ponto de marca, que é a dos dedos; música e declamação, que é a do peito, da garganta e da língua; estudei até a ser cabeleireiro, que é a ciência da verdadeira cabeça; estudei muito mais ainda, sra. d. Basília! estudei o bilhar, que é a geometria e o cálculo em ação; estudei o namoro, que é o verbo balbuciante da ciência telegráfica; estudei [...]*²⁴

[24] Macedo, s.d. [1849], t. I, pp. 37-38.

Percebe-se, com facilidade, que o que confere estima narrativa ao nosso protagonista não é o cumprimento da função a que foi destinado pelo pai, mas sua transgressão. O vocabulário científico é utilizado de maneira cínica e não serve sequer para fazê-lo posar de ilustrado, o que nunca foi pouca coisa numa sociedade atraída pelas formas bizantinas de demonstração de conhecimento; figura apenas como uma maneira de enfatizar seu descaramento.

Ap princípio, não há nenhuma crítica direta à educação universitária ou à sua ineficiência ou mesmo de como essa nova sociabilidade estimularia o comportamento vadio dos moços. O que salta aos olhos é, isso sim, como ela é irrelevante na economia do romance, a começar pela ordem paterna. A vacuidade de “estudar os estudos” dá bem o tom do funcionamento da coisa: as faculdades não existem para transmitir um conhecimento cuja finalidade seja a profissionalização. São apenas formas de distinção, servindo antes para atribuir status e, portanto, diferenciá-lo do restante da população, majoritariamente analfabeta.

A caracterização do protagonista como estudante funciona mais ou menos do mesmo modo. Não há nenhuma função específica a ser desempenhada por esse tipo no que diz respeito à vida acadêmica ou à prática médica. Esses personagens não frequentam salas de aula ou mesmo a faculdade. Na verdade, não transitam, salvo raras exceções, por nenhum espaço que não seja o dos bailes e saraus, os quais, por sua vez, como acontecem dentro das casas, não podem sequer ser considerados públicos. Desse modo, qualificar o protagonista como estudante é uma forma de associá-lo imediatamente a outra coisa, à desordem, no caso, como faz o Satã de Álvares de Azevedo: “Os estudantes são estudantes: para falar mais claro: [...] os estudantes [são] vadios”.²⁵

[25] Azevedo, 1855, v. II, p. 218.

E, quando algo mais próximo da área de formação se desenrola, como em *A moreninha*, a ênfase recai na brincadeira inconsequente. Juntamente com os amigos, colegas na faculdade, os moços aproveitaram a carraspana de Paula, “uma pobre mulher” que havia “servido de ama”²⁶ a d. Carolina, para, nas palavras de Felipe, “zombar de todas elas [as senhoras que se reuniam ao redor da bêbada], e divertir-nos fazendo uma conferência”. O combinado era dizer a primeira coisa que “vier à cabeça, ficando entendido que as honras pertencerão ao que maior número de asneiras produzir”.²⁷ O que se segue é o que foi prometido — seis páginas de pura pilhéria, em que o discurso médico é esvaziado de qualquer substancialidade. Um trecho da fala de Felipe a título de exemplo: “Eu diagnostico uma baquites. Concebe-se perfeitamente que as etesias desenvolvidas pela decomposição dos éteres espasmódicos e engendrados no alambique intestinal, uma vez que a compressão do diafragma lhes causa vibrações simpáticas, que os façam caminhar pelo canal colédoco até o perióstio dos pulmões [...]”.²⁸ Como foi Augusto quem falou com mais “arte”, ficou como o assistente escolhido por d. Carolina. Coube a ele, então, determinar “as aplicações convenientes ao caso; mas, não tendo entrado no número delas a essencial lembrança de um escalda-pés, caiu a tropa das mezinheiras sobre o desgraçado estudante [...]”. Para se livrar da balbúrdia, Augusto, ao menos em tese o mais autorizado ali para determinar qualquer espécie de tratamento, assente: “Pois bem, minhas senhoras [...], deem-lhe o preconizado escalda-pés!”.²⁹

[26] Macedo, s.d. [1844], p. 134.

[27] Macedo, s.d. [1844], p. 138.

[28] Macedo, s.d. [1844], pp. 139-140.

[29] Macedo, s.d. [1844], p. 143.

Toda a demonstração de conhecimento dos futuros esculápios, que ironizam um debate contemporâneo entre as três principais correntes médicas do período,³⁰ não impressiona as velhas senhoras. E isso não porque ele fosse flagrantemente falso, uma vez que, pouco instruídas que eram, não os entendiam. A razão da descrença é que o conhecimento científico não tem qualquer privilégio sobre o conhecimento tradicional, até mesmo porque a medicina ainda não gozava da autonomia necessária para se desenvolver segundo uma lógica que lhe fosse própria e, portanto, desligada da autoridade de uma racional

[30] Para mais detalhes sobre o debate histórico ao redor das teorias médicas que circulavam na primeira metade do século XIX no Brasil e disputavam espaços de legitimação, ver Martins, 1977, pp. 300-326.

lidade substantiva. “Sem referências mais sólidas, cada médico improvisava seu próprio método alterando-o ao sabor das observações superficiais e pouco sistemáticas, aplicando tratamentos inspirados pelo mais raso empirismo.”³¹ Estabelece-se, assim, uma dinâmica vi-ciada. Sem condições de afirmar sua autoridade, o discurso médico passa a funcionar de acordo com a dinâmica da sociedade patriarcal. O profissional depende, para se destacar e ascender, menos da sua competência do que do círculo no qual está inserido — a “sociedade pouco numerosa, mas bem escolhida”³² que frequenta a festa no livro em questão. Daí que, como se observou anteriormente, nada mais natural que seja o “paciente quem julga a competência do físico e a adequação da terapia. [...] Assim, era o cliente que detinha o poder decisivo na relação consultiva”.³³ Noutras palavras, o conhecimento médico, científico de maneira mais geral, do qual as faculdades deveriam ser guardiãs, inserido em contexto patriarcal, não possuía nem a autonomia nem a capacidade de fazer frente à visão de mundo tradicional.

Mas os riscos abertos pelas faculdades a essas formas de mando não residem somente na autonomia da racionalidade científica. Para Sérgio Adorno, que se debruçou sobre a formação dos bacharéis ao longo do século XIX, “mais do que uma escola de transmissão de ciência, a Academia de Direito de São Paulo foi uma escola de costumes. Humanizou o embrutecido estudante proveniente do campo; civilizou os hábitos enraizados num passado imediatamente colonial”.³⁴ Não estava, portanto, apenas na aquisição do conhecimento acadêmico a contraposição possível às prerrogativas de mando dos homens e mulheres de outros tempos, mas nas possibilidades abertas pelo ambiente urbano e por uma sociabilidade menos tradicional — as “novas situações e as novas relações sociais” às quais se refere Sérgio Buarque, fundamentais para a construção da “personalidade social do estudante”³⁵ —, que as faculdades, especialmente as da província, ajudaram a dinamizar.

É esse o caldo histórico dentro do qual os romances de Macedo se inserem e aos quais busca atribuir um sentido. A gramática que seus estudantes melhor entendem é, antes, a das danças e seduções, a dos bailes e saraus, que servem de metáfora para o suposto dinamismo e, na mesma toada, para os perigos morais da vida na Corte. Daí deriva o sentido específico que essa forma simbólica assumiu entre nós: a juventude extravagante, ou o estudante, que lhe dá feições mais nítidas, é o signo material associado ao conteúdo concreto do início das transformações modernizadoras por que passa o país.³⁶ Associação, contudo, que não escapa à lógica do chão social na qual ela é desenvolvida. Combinar o conjunto de rupturas e transformações de aparência modernizante (ainda que incipiente) — independência política, aprovação de uma Constituição, criação de faculdades etc. — às extrava-

[31] Coelho, 1999, p. 107.

[32] Macedo, s.d. [1844], p. 5.

[33] Jewson, 1974, p. 375.

[34] Adorno, 1988, p. 155.

[35] Holanda, 1955, p. 144.

[36] Valho-me aqui do uso que Erwin Panofsky faz do conceito de Ernst Cassirer, para quem as formas simbólicas atribuem, de maneira intrínseca, um “significado espiritual” a um “signo material, concreto” (citado em Panofsky, 1991, p. 41).

gâncias de um jovem estudante não é um ato inocente. Avançando a hipótese: *uma das linhas de força deste artigo é que a dimensão política explícita vai desaparecer sob o manto da extravagância da mocidade, a qual permite que a reafirmação das formas tradicionais de autoridade seja lida apenas como correção necessária dos desvios de uma inconsequência tipicamente juvenil.*³⁷

Os romances assumem um ponto de vista bastante claro: a novidade que o estudante representa e abraça alegremente não é um valor em si. Pelo contrário, ela deve ser adotada, quando muito, com extremo cuidado, até mesmo porque não se sabe que impacto ela pode ter nas nossas tradições estabelecidas: “Tenho assim meu receio delas [das luzes do século], respondeu o roceiro, porque sinto que vão queimando, com muito cousa má, muita cousa boa”.³⁸ As modificações de comportamento por que passamos, das quais a criação das universidades e o clima cultural desenvolvidos a partir delas servem de exemplo, são filtradas e reduzidas ao gozo mundano, como se não tivessem qualquer outra implicação real na vida social do país que não a diversão inconsequente dos jovens.

O conhecimento médico e as relações sociais desenvolvidas a partir de um núcleo dinamizador da vida urbana como foram as faculdades não têm, nesses romances, valor educativo ou civilizatório. Existem, na economia do enredo, com a mera finalidade de reafirmar o caráter extravagante, irresponsável até, desses jovens que agem de acordo com o que se espera de sua imaturidade. A deslegitimação do discurso científico e do seu espaço de produção, que está ali apenas para fazer graça, torna necessária a reiteração da autoridade tradicional, que se manifesta de duas maneiras: uma, no interior mesmo do campo científico — “Se não lhe derem um escalda-pés, eu não respondo pelo resultado!..”,³⁹ nas palavras de uma das senhoras, que não deixam de falar como se fossem autoridade no assunto —, quanto, mais importante, no próprio enredo, através da presença paterna.

EXTRAVAGÂNCIA COMO ABERTURA E FECHAMENTO

Para José Murilo de Carvalho, a elite brasileira foi capaz de formar um Estado nacional, a despeito das “circunstâncias históricas desfavoráveis”, porque eram homogêneas. Quer dizer, “a homogeneidade ideológica funciona como superadora de conflitos intraclasses dominantes e leva a regimes de compromisso ao estilo da modernização conservadora”. Dentre os fatores que garantiram essa “unificação ideológica da elite imperial”, um dos principais foi exatamente “a educação superior”.⁴⁰

Os romances e peças de Macedo, que não deixam de tratar, noutra chave, dessa mesma ordem de problemas, contam uma história um

[37] Os termos com os quais os velhos tradicionalistas expressavam essas transformações em *O moço loiro* (t. I, pp. 101-102) — “liberdade, câmaras, deputados, e Constituição” como um crime contra o “altar” e o “trono” — não se repetirão mais com a mesma clareza nos demais livros de Macedo.

[38] Macedo, s.d. [1849], t. I, p. 14.

[39] Macedo, s.d. [1844], p. 143.

[40] Carvalho, 2012, pp. 34-35, 65.

tanto diferente da de Carvalho. Neles sequer podemos falar em conflito. Há, quando muito, uma certa diferença, que é, antes de tudo, geracional, a qual se resolve dentro do seio familiar, preservando-o em sua integridade. Depois, a educação superior, ao menos no plano ficcional, não homogeneiza; pelo contrário, ela é, na verdade, uma das principais razões daquela diferença, separando os jovens, “acendidos nas chamas dos novos princípios, nas inspirações do século”, dos “seus avós arraigados nos costumes e ideias das passadas eras”.⁴¹

[41] Macedo, 1942, t. II, pp. 223-234.

Em *O fantasma branco*, peça de 1850, Macedo volta ao tema nos mesmos moldes de sempre: um casal de jovens apaixonados, Juca e Maria — aquele, vale ressaltar, estudante de medicina no Rio de Janeiro —, que são primos, têm que lidar com as intransigências paternas para poderem concretizar a relação. Há, contudo, duas diferenças: a ação se passa numa época — “posterior a 1823” — e num lugar — “uma fazenda do recôncavo do Rio de Janeiro” — que são distintos dos romances urbanos e marcam posições claras: transcorre no campo após a emancipação política. O arranjo aponta, por um lado, para um espaço específico em que se reconhece que o mando se exerce de maneira mais arbitrária; e, por outro, o cronológico, no qual, supostamente, essa autoridade estaria ameaçada pela consolidação de uma lei geral, a Constituição, que imporá limites à autoridade patriarcal, cuja lógica pressupõe o controle supostamente total daqueles que giram ao seu redor.

Formaliza-se aqui uma certa ansiedade nos grupos dominantes: como se dará esse conjunto de relações sociais específicas quando a Constituição estiver funcionando a todo vapor? Mas a peça não é escrita em 1823. Sua produção se afasta quase três décadas desse momento, donde já se percebe, com clareza, que ambas podem coexistir sem maiores problemas. Daí que o sentido cômico do enredo se preserve: há dúvidas, ardis, brigas, mas, ao fim e ao cabo, os apaixonados se casam, e os irmãos birrentos, pais de ambos, fazem as pazes, o que é uma situação melhor que a do começo da peça.

Mas me adianto. Cabe antes dizer que, à primeira vista, a direção ideológica do enredo é reformista. O obstáculo para a concretização do amor de Juca e Maria (leia-se casamento) não está apenas na birra entre seus pais, a qual ainda resta especificar, mas no fato de que Galatêa, a mãe da moça, quer casá-la à força com outro homem, o que é o mesmo que afirmar que ela está fazendo valer o arbítrio das suas prerrogativas patriarcais, como deixa claro nessa quadrinha: “Será teu marido/Quem me parecer,/Cumprir minhas ordens/É só teu dever”.⁴² Nada mais nada menos do que a reprodução das relações sociais a que ela própria foi submetida e que garante, no cenário atual, o exercício do seu poder: “[...] não quero que minha filha ande com amores na cabeça: porventura amei eu a teu pai quando casei?”.⁴³

[42] Macedo, 1863, pp. 76-77.

[43] Macedo, 1863, p. 14.

Se Galatéa incorpora o aspecto roceiro da indicação cênica, isto é, o mando que não aceita contestação — “pois quem há de atrever-se a dar ordens em minha casa?”⁴⁴ — e que teria, na área rural, seu lócus privilegiado, a disposição constitucional é levada a cabo pelos moços, Juca principalmente: “Querida Mariquinhas, se você se sujeitar a esse despotismo de minha tia... eu... eu sou capaz de fazer alguma asneira. Não tolere isso, prima; é prepotência, é contra a Constituição, contra as garantias, contra a liberdade... eis aí! fazem destas e depois queixam-se quando as filhas fogem de casa!”⁴⁵ A fala de Juca é forte por pelo menos dois motivos. Primeiro, porque ele transfere a responsabilidade dos desmandos para o arbítrio das autoridades familiares. Nesse sentido, não seria tanto uma espécie de predisposição natural da juventude que poria em risco o bom funcionamento da ordem social. Se as filhas fogem, o que é uma afronta, é porque os pais, agindo de maneira despótica, não sabem respeitar sua autonomia. E segundo porque, assim, ele ativa a face mais radical da retórica liberal utilizada no período de independência, em que se abre tanto a possibilidade de emancipação quanto de aplicação da lei geral, garantidora dos direitos individuais, sobre a doméstica. Nenhuma das duas posturas, naturalmente, é compatível com a estrutura de mando patriarcal.

[44] Macedo, 1863, p. 112.

[45] Macedo, 1863, pp. 41-42.

E é precisamente nesse impulso contestatório, assentado no recurso dos jovens educados às garantias constitucionais, em que reside a ansiedade dos proprietários. Não é por menos que ele, ao menos em parte, seja a razão da briga dos irmãos: “O tal meu irmão disse que ia mandá-lo [Juca] para a Corte a estudar para formar-se em medicina, e eu opus-me; porque nesse tempo entendia que se não devia mandar instruir os filhos: disse que isso era uma desmoralização, e uma loucura [...]”⁴⁶ E por que uma loucura? Ora, porque, quando educados, os filhos tendem a desafiar os pais e a agir por conta própria:

[46] Macedo, 1863, p. 12.

MARIA. Minha mãe, pode fazer o que quiser, menos obrigar sua filha a casar contra a vontade, no tempo da Constituição.

GALATÉA. Oh! grandessíssima não sei que diga! pois tu já sabes de Constituição?...⁴⁷

[47] Macedo, 1863, p. 76.

É essa, pois, a dinâmica da ação: de um lado, os filhos vão aprontando as suas e, do outro, os pais vão mudando de opinião a cada nova irresponsabilidade juvenil, diretamente ligada à educação: “Com que injustiça desatendi ontem ao mano Basílio!... Sim, ele tem razão: quem manda educar seus filhos, merece que lhe deem com um pau, até fazer os ossos em poeira”⁴⁸

[48] Macedo, 1863, p. 115.

No meio dessa volubilidade entre as figuras de mando, quem sofrem são os apaixonados, que não conseguem concretizar a relação. Repi-

sando o já escrito, a peça vai demonstrando como é menos a educação dos filhos do que o funcionamento estrito das prerrogativas patriarcais, para as quais não há desejos que não os seus, o responsável pelo que há de desregrado no andamento da ação. Se seguisse à risca sua premissa, o encaminhamento da questão apontaria para o enfrentamento entre pais e filhos, no qual Juca teria que fazer valer o que prometeu à prima: “Ninguém terá o poder de separar-nos [...], a força de minha vontade destruiria todos os obstáculos”.⁴⁹

[49] Macedo, 1863, p. 38.

Para que essa postura mais progressista pudesse ser levada adiante, seria necessário que a posição paterna fosse deslegitimada, o que não acontece, uma vez que, a despeito de tudo, Galatéia e Basílio são figuras positivas no enredo. O reformismo de Macedo é frágil, porque o individualismo liberal não tem nem razão nem base material para se desenvolver — pelo menos não em seu sentido heroico. Desesperado pela insistência tirânica de Galatéia em casar a filha contra a vontade, Juca propõe a Maria que ambos fujam. Ante o espanto dela, ele desenvolve a ideia: “Sim: haverá no meio desses bosques uma árvore bastante frondosa, à cuja sombra nos abriguemos [...]; e depois uma cabana humilde será para nós um palácio suntuoso [...]”.⁵⁰ É o idealismo romântico funcionando a todo vapor sem, naturalmente, encontrar guarida no mundo real. Por mais talentoso que seja, não será a medicina que garantirá o futuro de Juca, uma vez que esta não tem nenhum prestígio social.

[50] Macedo, 1863, p. 129.

Essa encruzilhada é uma constante na obra de Macedo. Onde há a tentativa de valorização simultânea do novo e do tradicional, do moço e do velho, do estudante e do patriarca, ela se repõe. Em *A moreninha*, por exemplo, o pai de Augusto, “prevenido das suas loucuras [do filho], e dos muitos pontos que ultimamente tinha dado nas aulas”, teve que agir com “severidade”.⁵¹ Não só o proibiu de voltar a se encontrar com Carolina como, “para que o filho não cumprisse a palavra, nem faltasse à honra, julgou muito conveniente trancá-lo no seu quarto”.⁵² Contudo, em nenhuma das vezes em que a tensão se instaura, ela é resolvida por meio do conflito aberto entre pai autoritário e filho apaixonado, pelo contrário. A ilusão do final, em que todos acabam prometidos a quem de fato amam, está antes ligada à ideia de conciliação, uma vez que, de um lado, a autoridade cede seu tanto e permite a união, e, do outro, o filho promete corrigir-se. Aparentemente, um gesto de maturidade, em que arbítrio e extravagância se limitariam em prol do bem comum.

[51] Macedo, s.d. [1844], p. 225.

[52] Macedo, s.d. [1844], p. 226.

O problema não é essa suposta conciliação final, mas os termos nos quais ela se apresenta. É somente através da subversão da expectativa progressista, trazida a primeiro plano pela possibilidade de ruptura típica do individualismo romântico, que o romance consegue pôr as extravagâncias do protagonista nos eixos, além de reafirmar a

autoridade tradicional. A possibilidade do conflito não esconde que existe, entre as gerações, uma diferença considerável de formas de vida, mas, ao não desenvolvê-la, não se atribui importância à da mocidade, que fica, assim, reduzida à esfera do capricho imaturo.

Como todo período formativo, entendido tanto no seu sentido moral quanto escolar, este também tem um limite. Sua especificidade está em que ele não se atinge pelo estabelecimento de um consenso entre a autodeterminação, um impulso autonômico e a necessidade de se adequar às normas sociais, os freios heteronômicos do processo, movimento típico da socialização moderna — uma espécie de maturidade que se manifesta no reconhecimento dos limites dos próprios impulsos. A socialização nos primeiros romances e peças de Macedo, contudo, é de outra ordem. Em contexto de hegemonia patriarcal, ela se dá pela completa submissão à vontade paterna. A única condição para que Juca consiga o perdão do pai é, nas palavras de quem não aceita o dissenso, “me obedeceres de hoje por diante cegamente...”. E uma resposta capaz de selar a paz não poderia ser outra: “Sem dúvida, meu pai; obedecer-lhe-ei em tudo”.⁵³ Ou ainda em *O fantasma branco*, na qual também são a violência e a submissão completa que redimem o casal de apaixonados das suas estripulias:

JOSÉ. [...] Minha tia, então vossa mercê deseja trancar-me naquele quarto?...

GALATÉA. Sem dúvida nenhuma, só patife!...

*JOSÉ. Concordo em tudo com minha tia: afastem-se! quero caminho franco, entendem?... aqui vou, minha tia.*⁵⁴

[53] Macedo, s.d. [1849], t. II, p. 261.

[54] Macedo, 1863, p. 138.

O jogo de abertura para as prazerosas inconseqüências de juventude, do fechamento abrupto desse espaço, logo seguido de um relaxamento, tornado possível somente após a supressão completa da vontade alheia, é a síntese formal que coube a Joaquim Manuel de Macedo elaborar. Sua função é fazer parecer que o casamento é um ato benevolente de concessão paterna, que não interferiria na escolha individual do casal de apaixonados, pondo em segundo plano o ato de violência corretiva, sem a qual, pode-se dizer, não haveria a permissão. E como, nesses romances, nada se faz sem o consentimento dos pais, aquilo que parece autenticamente pessoal reproduz, na verdade, as boas e velhas prerrogativas de mando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a forma simbólica é a maneira pela qual a literatura atribui sentido, no plano imaginário, a solavancos históricos reais, a do nosso primeiro romance se propõe a formular a melhor maneira de incorpo-

rar transformações potencialmente lesivas a um sistema de relações sociais hegemônico que, devido à sua lógica, não suporta o contraditório. Conciliação parece ter sido a resposta legada pelo nosso século XIX. Em termos historicamente mais localizados, é como se o país tivesse chegado a um meio-termo entre a ênfase atribuída à liberdade em um primeiro instante e a dada à autoridade, num segundo.

E conciliação é bem a imagem que esses romances de Macedo querem passar. De um lado, o pai que aceita a escolha amorosa, autônoma, do filho e, do outro, o filho que reconhece a autoridade absoluta do pai. Mas conciliação pressupõe um equilíbrio estrutural entre ambas as partes em disputa, o que não é o caso. Nesse sentido, a conciliação proposta pelos romances de Macedo tem natureza e direção ideológica clara, exatamente como nossa conciliação política, cabe dizer. Para Ilmar Mattos, a Conciliação idealizada pelo gabinete de Carneiro Leão não estava baseada no ajustamento entre liberdade e autoridade, mas numa relação viciada, segundo a qual aquela só pode existir onde esta se faz presente de maneira incisiva.⁵⁵ A nova geração precisa viver um processo de negação ou, no mínimo, de reconhecimento de que, no plano moral, as ideias do novo século, nas quais está inserida e que gozam de prestígio, precisam passar pelo crivo da tradição, o lócus do bom senso e da prudência. Para fechar o círculo, resta dizer que ambos, bom senso e prudência, são características da vida rural em cerrada oposição à urbana, esta marcada pelo desregramento da Corte, cuja gramática, lembremos, quem domina são os jovens estudantes.

A extravagância é, portanto, um ato de imaturidade de alguém que, distante da família e de suas formas de manutenção da ordem, acaba abusando da liberdade, incapaz que é de medir todas as consequências de suas ações. Ou, como diria d. Ana a Augusto: “Não, senhor; nada há aqui que exagerado seja. Rogo-lhe que por um instante pense comigo: se o seu sistema [o que defende, metodicamente, a inconstância nas coisas do amor] é bom, deve ser seguido por todos; e se assim acontecesse, onde iríamos assentar o sossego das famílias, a paz dos esposos [...]?”⁵⁶ A extravagância assim formalizada permite que o evento necessário para o desenvolvimento do enredo tenha sempre uma dimensão algo infantilizada, uma provocação inconsequente à ordem, podendo não apenas sua capacidade de se tornar “um elemento revolucionário de oposição a uma classificação estabelecida”⁵⁷ como também legitimando a necessidade de uma interferência incisiva da autoridade tradicional — que segue dando as cartas, ainda que não mais protagonize a história.

RODRIGO CERQUEIRA é pós-doutorando no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

[55] Mattos, 2009, pp. 13-51.

[56] Macedo, s.d. [1844], p. 68.

[57] Lotman, 1977, p. 234.

Recebido para publicação
em 23 de abril de 2014.

Aprovado para publicação
em 25 de agosto de 2015.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

104, março 2016

pp. 177-192

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Almeida, Leandro. *Trajetórias da recepção crítica de Joaquim Manuel de Macedo*. 2008. Dissertação (mestrado) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- Azevedo, Álvares de. “Macário”. In: *Obras*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1855, v. II.
- Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Coelho, Eduardo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Dutra e Mello, Antonio Francisco. “A Moreninha”. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v. II, n. 24, p. 746, 15 out. 1844.
- Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- Freyre, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado e o desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2006.
- Frye, Northrop. *Anatomy of Criticism: Four Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Jewson, Nick D. “Medical Knowledge and the Patronage System in 18th Century England”. *Sociology*, Oxford, v. 8, n. 3, p. 375, set. 1974.
- Lotman, Juri. *The Structure of Artistic Text*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1977.
- Macedo, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. 9. ed. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. [1844].
- _____. *Rosa*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, s.d. [1849].
- _____. *O fantasma branco*. Rio de Janeiro: B.-L. Garnier, 1863 [1850].
- _____. *O moço loiro*. Paris: Livraria Garnier, 1942 [1845].
- Martins, Wilson. “O ano da Moreninha”. In: *História da inteligência brasileira: volume II (1794-1855)*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977.
- Mattos, Ilmar. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
- _____. “O gigante e o espelho”. In: Grinberg, Keyla; Salles, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- Panofsky, Erwin. *Perspective as a Symbolic Form*. Nova York: Zone Books, 1991.
- Pinto, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- Santos Filho, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.
- Schwarz, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Ed. 34, Duas Cidades, 2000.
- Serra, Tânia. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. Rio de Janeiro: FBN, Dep. Nacional do Livro, 1994.